

# Presidente vai jogar tudo nos parlamentares

A. C. SCARTEZINI  
Especial para o CORREIO

Nas contas feitas pelo Planalto, o sistema de governo e a duração do mandato presidencial entram em votação no final da próxima semana na Comissão de Sistematização. Este é o prazo de que o presidente Sarney passa a dispor para construir a sua nova base de sustentação na Constituinte, inclusive com a distribuição de cotas de participação nas mudanças de ministros que pretende realizar.

A negociação deve ser desencadeada em etapas a partir de segunda, quando Sarney fez o seu pronunciamento em rede nacional de televisão e rádio para anunciar o documento com a proposta de um programa mínimo de governo em torno do qual pretende agregar suas novas forças.

Por enquanto, já se resolveu no Planalto que as negociações e a montagem das novas forças políticas não passam pelos partidos. A disposição da assessoria política do Presidente é a de ignorar os partidos para buscar apoio diretamente nos deputados e senadores Constituinte a tempo de montar uma linha que assegure a prevalência do presidencialismo como sistema de governo e do mandato presidencial de cinco anos.

É certo que a urgência da operação e a própria negociação direta com cada grupo da Constituinte eleva o preço do apoio parlamentar — e aí entram os ministérios com suas posições nos principais da burocracia, que interessam de maneira especial aos governadores, junto aos quais o Planalto pretende asfaltar a estrada de acesso aos parlamentares.

Ainda pelas contas do Planalto, a estrada, asfaltada, pode desembarcar em Sarney quase 300 constituintes, a partir de uma base em que o PMDB entraria com 120 e o PFL com outros 130. O resto viria dos pequenos, à frente o PDS e o PTB. Ainda assim, o número não é para o Planalto,

pois representa pouca coisa além dos mínimos 280 votos necessários a quem deseja ter a maioria da Constituinte.

## RISCO

Ao trabalhar com os partidos à margem, Sarney corre o risco de montar uma base de apoio que sustente a sua posição na Constituinte, mas deixe de lado o restante do seu período de governo. Aí, entra em ação o programa mínimo que pretende usar para atrair os senadores e deputados.

A idéia da é a de ter o programa mínimo como a garantia da cobertura política para todo o mandato que ainda resta ao Presidente. Mas, se os assessores se unem no objetivo, se dividem nos agora, por exemplo, não é certo se o programa mínimo vai incluir ou não o sistema de governo e a duração do mandato.

Uma ala da assessoria acredita que os dois temas, tão polêmicos, deveriam estar fora das negociações, pois podem provocar mais desagregações do que agregações, sobretudo diante da urgência da operação. Alega ainda que as duas questões são estranhas ao programa, pois nenhuma delas constitui meta governo.

Outra ala de assessores, menos afeita ao trabalho parlamentar, defende a integração do sistema e do mandato ao programa mínimo como uma forma de dar-lhe substância e amarrar objetivamente a sustentação parlamentar a Sarney. Seria uma maneira direta de comprometer o constituinte com aquilo que, afinal de contas, é o objetivo do Planalto em toda a negociação.

O maior risco de toda a operação é o de levar a Constituinte a manter-se de tomar as suas decisões tendo Sarney como parâmetro. Como na última convenção do PMDB, trata-se do sistema de Governo e da duração do mandato como se fosse a pessoa de José Sarney que estivesse em julgamento.

## Sant'Anna: "Temos pressa"

"Quem não apoiar estará na oposição" — advertiu ontem o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, ao confirmar que o Governo decidiu, antes de buscar o apoio individual dos deputados e senadores, conquistar os partidos políticos para a recomposição de sua base parlamentar. Nesse quadro, porém, existe o agravante de ser necessário que isso aconteça logo: "temos pressa" — disse.

Sant'Anna considera fun-

damental conhecer quantos do PMDB apoiarão o Governo e defende também a participação do PFL no novo pacto, mas está certo de que o melhor, neste momento, será admitir a ampliação da aliança com o ingresso de outros partidos. Sua grande esperança é a adesão do PTB, mas o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) assegura que pelo menos dez dos 18 integrantes da bancada não concordam com o apoio ao Governo.